

SÍNTESE DAS REGIÕES: RETOMANDO QUESTÕES DO PRESENTE/FUTURO DOS ASSENTAMENTOS

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante¹

Luís Antonio Barone²

Henrique Carmona Duval³

Thauana Paiva de Souza Gomes⁴

Daniel Tadeu do Amaral⁵

César Giordano Gêmero⁶

Ana Flávia Flores⁷

Silvani Silva⁸

Oswaldo Aly Junior⁹

Resumo: O artigo tem o caráter de sistematização dos principais bloqueios e perspectivas detectados nas regiões investigadas. Prioriza, nas suas considerações, referencia aos gargalos das políticas públicas e da infraestrutura nos assentamentos. Por outro lado, evidencia os efeitos dinamizadores constatados pelos programas recentes, além de ressaltar os papéis em transformação das mulheres assentadas e os dilemas vivenciados pela juventude assentada.

¹Socióloga, pesquisadora 1A CNPq, coordenadora do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da UNIARA e do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor).

²Sociólogo, professor assistente-doutor da FCT/Unesp – Campus de Presidente Prudente/SP.

³Sociólogo, doutorando em Ciências Sociais, IFCH/Unicamp. Pesquisador do Nupedor.

⁴Pedagoga, mestre em Educação Escolar, Unesp-Araraquara, Pesquisadora do Nupedor.

⁵Economista, mestrando em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, UNIARA, pesquisador do Nupedor.

⁶Zootecnista, mestrando em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, UNIARA, pesquisador do Nupedor.

⁷Pedagoga, mestranda em Educação, UFSCar, pesquisadora do Nupedor.

⁸Pedagoga, mestranda em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Uniara, pesquisadora do Nupedor.

⁹Engenheiro Agrônomo, mestre em Ciências Ambientais, USP/Procam.

Palavras-chave: Assentamentos rurais; Desenvolvimento regional; Políticas públicas.

***Abstract:** This article describes a systematization of the main barriers that were identified across the investigated regions and highlights strategies to overcome these barriers. Particular emphasis is placed on the analysis of barriers and bottlenecks that hamper growth and development and consequently the effectiveness of government programs aimed at improving settlements. On the other hand, this study proves the dynamic effects identified in recent programs, as well as emphasizes the changing roles of settled women and the dilemmas settled young people face.*

***Keywords:** Rural settlements; Regional development; Public policy.*

REGIÃO CENTRAL: assentamentos no território do agronegócio Entraves e potencialidades no desenvolvimento dos assentamentos da região de Araraquara

Em síntese, podemos perceber no que tange aos Programas Federais de comercialização destinados aos pequenos produtores ou aos assentados, que o PAA e a venda para Merenda escolar tornaram-se canais dos mais seguros para garantir o escoamento dos produtos agrícolas destas áreas rurais. Estes têm sido o grande elo para compatibilizar o ciclo Produção – Comercialização – Renda nos assentamentos. Podemos dizer ainda que estão sendo o coração da diversificação produtiva nos assentamentos, justamente, por conta da segurança que os assentados sentem neles. São contrapontos importantíssimos ao forte bloqueio do sistema de controles e poderes, reproduzido pela parceria dos assentados com as usinas de cana-de-açúcar, problema que marca todos os assentamentos desta região, seja pelas relações assimétricas das parcerias ou pela simples convivência em um entorno dominado pelo cultivo de cana.

No entanto, um entrave que pode romper esta confiabilidade e provocar uma ruptura no processo de diversificação nos assentamentos são as questões relativas à irregularidade das associações repassarem o dinheiro para os assentados. Em inúmeros depoimentos, a pesquisa INCRA/UNIARA 2011 demonstrou que as associações locais desviavam o dinheiro vindo do pagamento do PAA ou da Merenda e os assentados chegaram até a ficar 14 meses sem receber. Um dos depoimentos registrados com um diretor de associação do assentamento informou que o repasse da verba se dava em 15 dias. Após a

entrega, a associação deveria repassar o dinheiro para os assentados, neste caso, ele mesmo depositava na conta dos produtores.

É importante que em outros casos os assentados não coneguem entregar para o PAA porque sua cota já foi encerrada ou porque a prefeitura local tem uma oferta muito grande, isto é comum em cidades pequenas que possuem um grande número de pequenos produtores ou assentados. Em outros casos ainda, a boa vontade local, para compra, especialmente para merenda, pode integrar fortemente os assentamentos ou isolá-los cada vez mais. Neste caso, algumas prefeituras fazem exigências absurdas sobre o produto dos assentados como padronização do peso, do tamanho ou até a certificação de orgânico dos produtos. Exigências que acabam por camuflar a não vontade política das Prefeituras que preferem, via de regra, continuar com a controversa prática da terceirização na compra da merenda.

A gestão política local face aos entraves dos assentamentos

Após seguidas administrações que pouco ou nada intervieram no debate acerca dos rumos da reforma agrária regional, a posição política do município de Araraquara acenou para mudanças no período 2001/2008. De uma política de clientela bastante ineficaz desenvolvida ao longo de anos – exclusivamente voltada para o projeto Bela Vista do Chibarro – e tendo como promotores, no mais das vezes, lideranças de pouca expressão, como secretários municipais e vereadores (FERRANTE; BARONE, 1997/98) – o poder público municipal de Araraquara encontrou-se diante do desafio de interferir nos assentamentos para além das obrigações legais já consagradas.

A referência enfática à maior participação – presente nas metas fixadas pela Prefeitura de Araraquara a partir de 2001 – modifica a concepção do assentado como um desenraizado (NEVES, 1997) que deveria ser modelado segundo uma determinada lógica da burocracia estatal?

Da parte da população assentada, a recorrência de práticas clientelistas ainda é marcante na cultura política. A isso, no entanto, soma-se um boom participativo desses trabalhadores – até com maior consistência que outros segmentos populares do município de Araraquara, pelos mecanismos do orçamento participativo, principalmente. Os destinos dos assentamentos ainda oscilam entre a fórmula da dádiva e a emancipação política dos atores que dinamizam esse espaço social.

O caso dos programas municipais de segurança alimentar de Araraquara se mostra particularmente interessante, porque apresenta um conjunto de iniciativas

que, ao mesmo tempo em que estão sendo defendidas nacionalmente como alternativas para o avanço da segurança alimentar, ainda podem significar o embrião de um projeto de desenvolvimento dos assentamentos para além das parcerias. Nesse município, como uma forma de contemplar a produção dos assentados na agenda de governo local, foram desenvolvidas parcerias institucionais com o Governo Federal, nas quais o PAA (iniciativa proposta pelo governo federal) surge atrelado a outros programas, que são de iniciativa do governo local. Como exemplo desse ajuste, observamos que o convênio do PAA tem seu primeiro repasse de verbas apenas em 2004. Anteriormente a esta data, no entanto, já existiam, em Araraquara, iniciativas de escoamento dos produtos de agricultores familiares e assentados, como a feira no espaço da Cooperativa Mista Agropecuária de Araraquara.

A articulação do PAA com a merenda escolar, especialmente para a exigência de 30% da merenda serem oriundos da produção familiar regional – ainda não se viabilizou em Araraquara, embora apresente significativos avanços em São Carlos. Em Araraquara, a atual gestão municipal iniciada em 2009 vem tendo posições que podem ameaçar a continuidade dos avanços contidos nos programas acima elencados. Consta-se um certo distanciamento das agendas municipais dos problemas e perspectivas dos assentamentos quando muda a orientação político/partidária dos governos (isso aconteceu em Araraquara, mas podemos dizer que São Carlos avançou. Em Araraquara retrocessos no caso da merenda – que vem sendo fornecida enlatada nos próprios assentamentos – mesclam-se a uma abrupta substituição do projeto político pedagógico das escolas afinadas à Educação do Campo a um programa SESI, cujo eixo exclusivamente urbanocêntrico tem mostrado bloqueios, expressos principalmente na desqualificação e descaracterização da realidade dos assentamentos rurais.

Entraves estes superados com a boa vontade e união de algumas prefeituras e INCRA. Como exemplo, citamos o assentamento de Itapetininga, no qual a prefeitura atua fortemente, oferecendo cursos de capacitação para os assentados e instalando um refrador para a produção de queijos. A família que cuida do mesmo entregava até dois meses atrás queijos para os Programas citados, algo incomum que é digno de ser valorizado. Como a prefeitura sabe, a procedência do queijo e a qualidade não exigiu dos produtores a certificação.

Neste sentido é possível perceber que nos assentamentos em que o tempo de execução das políticas públicas foi realizado de forma mais ágil, o desenvolvimento social e produtivo vem acontecendo mais rapidamente e a integração com as cidades é mais intensa. Este fato se dá porque os assentados

deixam de ser vistos como "sem terra" e passam a ser reconhecidos como consumidores e produtores rurais.

Na maioria dos assentamentos que não receberam os créditos básicos como os fomentos, habitação, PRONAF ou sequer possuem infraestrutura básica, como água e luz, o processo de desenvolvimento social e produtivo fica truncado.

Aplicação da Política Pública: Tempos Diferentes

De forma genérica, podemos dizer que a aplicabilidade das políticas públicas direcionadas à infraestrutura principalmente em assentamentos novos tem sido muito mais rápida como é o caso do crédito habitação e primeiros fomentos. Neste caso específico é necessário salientar que o assentamento Nova São Carlos ainda não recebeu nenhum tipo de crédito e fomento. Já em termos de infraestrutura básica como água, posto de saúde e escola, o processo é muito lento ou não tem acontecido. O acesso a condições básicas não existe em 4 das 6 microrregiões visitadas. Falta acesso à água, em alguns, a luz (especificamente em São Carlos e em Iaras nos núcleos mais novos). Neste caso, como podemos falar em desenvolver os assentamentos produtivamente, sem dar as condições básicas de vida para os assentados? Situação a exigir reconcentrações da política da Reforma Agrária e do significado concreto observado nos assentamentos.

Quando falamos de escola e posto de saúde, a ocorrência dos mesmos se faz apenas nos assentamentos antigos que no caso são apenas dois (das cidades de Araraquara e Iaras). O que temos percebido é que houve um avanço nas políticas públicas voltadas para assentados como o PAA a Merenda Escolar, assim como constatou-se o aumento do número de assentamentos no estado de São Paulo. Em relação à infraestrutura, especialmente, as questões de educação e saúde, no caso específico da região central, ficaram em segundo plano.

É importante salientar que o crédito moradia chegou a quase todos os assentamentos desta área, mas muitos receberam apenas a primeira parcela e não conseguiram terminar as casas.

Em todos os assentamentos visitados, a questão da assistência técnica foi apontada como uma atividade apenas burocrática, no sentido do papel do técnico de campo deixar de ser presente nos lotes. Há uma forte demanda pela assistência no lote, mas as visitas e os acompanhamentos acabam se restringindo apenas às papeladas e assinaturas para projetos de financiamentos. Talvez a maior crítica em relação à assistência técnica esteja no fato do distanciamento dos funcionários do campo. A última gestão priorizou mais a execução das atividades que exigiam mais trâmites de escritório, deixando de lado a atividade direta no lote. Há também

que ser levado em conta que a relação técnicas/número de assentamentos/assentados está muito aquém do necessário, o que cria, efetivamente, entraves. Pelo fato de não acompanharem de perto o trabalho deste funcionário, os assentados acabam entendendo que não há, ou existe pouca assistência técnica pela invisibilidade imediata das ações destes técnicos.

Políticas Públicas	Assentamentos Velhos	Assentamentos Novos	
Infraestrutura Secundária- escolas e postos de Saúde	Possuem ou estão em fase de acabamento	Não foi verificado avanço nestas estruturas	
Políticas de comercialização	PAA/ Merenda Muito significativo	PAA/ Merenda Muito significativo	
Entrave grave	Problemas com associações e repasse de verba	Problemas com associações e repasse de verba	
Fomentos iniciais	Acesso não rápido	Acesso muito rápido, em alguns casos, os assentados ainda não estavam no lote e receberam o primeiro fomento.	
Fomento Mulher	Acesso não significativo	Acesso significativo	
Crédito habitação	Acessaram mais tarde	Acesso muito rápido – da primeira parcela	Exceção PA Nova São Carlos
Entrave		A maioria dos assentados não terminou a casa porque não recebeu a segunda parcela. A compra do material de construção mostrou problemas e irregularidades.	
Créditos produtivo/ aplicação lote, outros	Acessaram mais tarde	Não acessaram	
Entrave		Burocracia para o acesso aos PRONAFs	

Quadro 1 – Políticas Públicas: em tempos diferentes de constituição dos assentamentos.

Fonte: Elaboração do autores.

Perspectivas de Futuro: um Itinerário de Questões

Os assentamentos têm se desenvolvido a reboque das políticas públicas que muitas vezes dão poucas alternativas e flexibilidades de escolha. Basta verificar os projetos aprovados de financiamentos para produção dirigidos a mulheres, jovens. Há uma padronização e não uma especialização regional que respeite as singularidades dos lotes, a política pública é sempre trabalhada a partir da generalização e não das especificidades locais. A assistência técnica muitas vezes é criticada porque está colada a políticas públicas de desenvolvimento que não dão conta da diversidade. Seria necessário investir em caminhos possíveis para se pensar o desenvolvimento a partir de uma reformulação da assistência técnica, o que exigiria, como primeiro passo, maiores recursos, de acompanhamento mais sério das associações dos assentamentos para não ter problemas de desvio de verbas do PAA, Merenda ou da Madeira, fomentar o desenvolvimento a partir das associações e infraestrutura local como padarias, laticínios, tanques de leite e capacitação. Justamente, para que os assentados se tornem menos vulneráveis às instituições públicas que, de um lado, pensam a Reforma Agrária não a partir do olhar do assentado, mas com o olhar de um gestor e, de outro, as empresas privadas, que pelo vazio de atuação do Estado nos assentamentos, sentem-se livres para atuar como extensão da terra de suas áreas, como no caso do agronegócio.

A horticultura é o cultivo mais forte nos assentamentos da região. O PAA é o que dá mais garantia de renda. A produção animal também aparece com grande destaque na região Araraquara, principalmente pequenos animais (aves e suínos) e a produção de leite. Como exemplo, podemos citar os assentados que afirmam que: "o leite e os derivados são ótimas fontes de renda". Geralmente, as mulheres fazem queijo e entregam para a merenda. Por outro lado, "a esposa gosta de criar porcos e garante uma boa renda deste tipo de criação". Apareceu ainda o relato de experiências de criação de peixes, no assentamento Zumbi dos Palmares em Iaras, aonde um dos entrevistados cavou dois tanques e cria tilápia, tendo uma renda extra com a venda dos peixes para um pesque-pague da região e a perspectiva de comercializar a produção com valor agregado.

De maneira geral, os assentados beneficiam os produtos artesanalmente e em casa, do gênero alimentício, destaca-se a produção de derivados do leite, como doces e queijos, na maioria das vezes comercializada através de venda direta aos próprios assentados, mas também houve relato de entrega de doces de leite para creches da cidade. Outros produtos observados foram: polvilho de mandioca, beneficiamento da cana-de-açúcar em melaço, rapadura e caldo de

cana, e beneficiamento de arroz. Com relação às atividades não agrícolas merecem destaque alguns lotes que possuem bar e mercearia, mulheres que produzem artesanato, pintura em panos de prato e também a venda de outros produtos como os da Avon e Natura.

Tendo em vista o sistema produtivo, a maioria dos entrevistados disse que a alimentação melhorou porque produzem muita coisa e, no assentamento, têm fatura e diversificação. Houve um assentado que declarou que não passa mais fome. Outros afirmam que agora sabem o que estão comendo, há acesso a produtos frescos e, por isso, de maior qualidade, como verduras, legumes e leite.

Alguns assentados que disseram que não melhorou pela entrada recente no lote, ainda moram no barraco de lona e não tiveram acesso aos créditos para iniciar as produções e melhorar a condição de vida. Outros relataram que mesmo no acampamento já criavam galinhas, possuíam horta e gado de leite, por isso a alimentação sempre foi boa desde que chegaram. Em um caso específico, na fazenda da Barra, o assentado disse que o tamanho do lote é muito pequeno e por isso não tem condições de plantar uma grande quantidade de culturas e não é possível diversificar a produção e conseqüentemente sua alimentação.

Com relação aos programas PAA e PNAE, são considerados muito significativos, mas os pagamentos atrasam demais. Para alguns, a CONAB está atrasando o pagamento e tal atraso é devido às mudanças no governo Dilma. Também há os que recebem mensalmente da associação e outros ficam até 8 meses sem receber da associação. Dos que mencionaram que o atraso se deu em função das próprias associações ou cooperativas, alguns acham que os dirigentes podem usar o dinheiro em benefício próprio ou do movimento social. Mas, acham também que através da associação é a melhor forma das prefeituras comprarem dos assentados.

Já com relação às prefeituras, a prefeitura de São Carlos é uma das mais elogiadas, atrasou somente uma vez o pagamento. Os assentados acham que as prefeituras, em geral, estão aumentando o número de pessoas que participam dos programas. Em suma, o programa tem continuidade porém está demorando muito para pagar. O ideal é que o pagamento seja feito com regularidade.

Com relação à participação dos assentados em cooperativas e associações, a grande maioria disse participar para organizar a comercialização. Através das cooperativas e associações, o escoamento da produção é facilitado, principalmente para inserção dos produtores nos programas de aquisição de alimentos (PAA) e Merenda Escolar. Outra resposta que apareceu com maior frequência foi para ajudar no desenvolvimento dos assentamentos, com isso,

podemos notar a grande importância do trabalho em grupo e organização das famílias para desenvolver todo processo produtivo e administrativo da comunidade.

Através da interpretação dos dados qualitativos referentes ao futuro e permanência dos filhos nos assentamentos é possível constatar que em quase metade das famílias pesquisadas, os filhos estão morando e trabalhando fora e não pretendem voltar. As respostas mais comuns foram que os filhos estão casados e trabalhando principalmente no setor industrial das cidades. Entre os que moram junto, a grande maioria espera para o futuro deles que continuem vivendo e trabalhando no lote. Outro dado que chama atenção é que todos os entrevistados que moram com os filhos gostariam que eles ficassem no assentamento e o motivo maior é para ficar junto da família. Diversas falas de assentados relatam a vontade e desejo dos pais sobre a permanência de seus filhos. A maioria diz que o assentamento precisa de infraestrutura para que eles fiquem e deem continuidade ao trabalho e sobrevivência na terra. Questões referentes à educação, ao esporte e lazer estão entre as maiores reivindicações dos pais.

Para que seus filhos permaneçam nos lotes, quase todos assentados citam alguma atividade e/ou melhoria necessária para o assentamento. Muitos já projetam o sítio pensando na possível permanência de seus filhos, como a instalação de sistema de irrigação, comprar mais gado e deixar para os netos, plantar café, dentre outras alternativas. Outra informação que merece destaque é com relação à formação dos filhos. Muitos esperam que eles saiam para estudar fora, cursar uma faculdade, colégio técnico nas áreas ligadas às ciências agrárias e voltem com a teoria para morar e trabalhar no lote. Como exemplo podemos citar a visão de um dos assentados: "é preciso dar formação necessária para que eles possam escolher entre ficar ou sair do assentamento, sabendo das dificuldades da vida lá fora e perceber que o assentamento é seu porto seguro".

Também foram observados relatos com a intenção de dividir o lote entre os filhos, construir suas casas e propiciar condições produtivas para que eles se fixem no assentamento. Podemos comprovar através da fala de um dos assentados: "tenho seis (6) filhos e gostaria que cada um ficasse com um alqueire. Outra fala relevante foi de um senhor que disse: "porque na terra ninguém passa fome e tem maior qualidade de vida";

Uma parte significativa dos assentados apontou como deficiência a renda para fixar os jovens no assentamento e não procurarem empregos nos centros urbanos, onde há maior perspectiva. Logo a sugestão com maior incidência atribui-se à demanda por incentivos e apoios para desenvolverem projetos que

lhes garantam renda própria. Um comentário que reproduz esse entrave foi dito por uma assentada: é necessário criar formas de renda que possibilitem perspectivas de futuro mais atrativas do que as ofertadas nas cidades.

O futuro do assentamento, segundo a maioria das respostas, depende de arranjos e melhorias de políticas públicas planejamento e organização dos atores envolvidos nesse processo. Dentre os comentários que merecem destaque estão:

- ✓ A política deveria voltar como era antes, ter barricada para impedir pessoas estranhas, pois quem coordenava eram os assentados, não tinham INCRA. Com o objetivo de ter menos divisão, ter mais reunião, e voltar a ter representantes. De acordo com os assentados, a preferência deve ser minimizada a dependência do INCRA.

- ✓ O futuro do assentamento depende de planejamento do presente. Saber para onde o assentamento vai caminhar depende do povo, do INCRA em desenvolver mais as coisas;

- ✓ Uma política mais direcionada que atenda os pequenos agricultores e assentados;

- ✓ Selecionar melhor os assentados com aptidão para o trabalho rural.

Outros assentados acreditam que o assentamento depende para se desenvolver, de produção. Inclusive há um relato de um assentado (Adilson) do PDS Sepé Tiaraju (Serrana e Serra Azul) que após serem assentados não há demanda de mais nada para o assentamento que não tenha a ver com a produção direta ou indiretamente. Os outros serviços são secundários, pois "produzindo você aprende muito mais do que em cursos, e tendo cabeça, transforma em incentivos próprios". Outras conclusões relevantes:

- ✓ A grande maioria demandou serviços de infraestrutura básica para produção;

- ✓ No assentamento Nova São Carlos, a demanda direciona-se ao desenvolvimento da produção através da retirada dos tocos, onde os cultivos são esparsos e escassos devido aos tocos de *pinus* embargados que dificultam qualquer outro cultivo vegetal. E, também, reivindica-se o incentivo para a pecuária leiteira.

Outro importante fator apontado com frequência foi o crédito, e outros incentivos financeiros, constatando-se as seguintes demandas:

- ✓ O crédito não sai no momento, há muito atraso;

- ✓ Fomentos a rendas não agrícolas houve destaque para o financiamento para artesanato.

Outro enfoque agrupado foi a necessidade de infraestrutura e serviços públicos

de qualidade, como as apontadas a seguir:

- ✓ Melhores condições de estradas;
- ✓ Acesso à energia voltada ao rural, uma política que como a Tarifa Reduzida ou Tarifa Verde que pudesse beneficiar a população rural, em especial os produtores rurais.
- ✓ Serviços públicos no geral, destacando-se, saúde, transporte coletivo, e educação.

Por fim, há assentados que opinaram que o futuro do assentamento depende dos jovens darem continuidade à reforma agrária e à vivência no assentamento. Alguns comentários nesse sentido estão relacionados aos incentivos para os mesmos permanecerem no assentamento, mais a maioria dos argumentos são atribuídos à infraestrutura básica para educação já citada em declarações acima, sem menção específica aos jovens. Impasses econômicos e políticos além de outros – como ambientais – estão longe de deixar o cenário dos assentamentos. Contrapontos entre tentativas de integração e alternativas de diversificação agrícolas, mal incorporadas pelos órgãos gestores e de forma equívoca tratada pela assistência técnica continuam a se fazer bem presentes na agenda de desafios e perspectivas dos assentamentos.

Da mesma forma, impasses políticos internos, expressão da descontinuidade das organizações/associações dos assentados imbricam-se a descompassos das políticas públicas. Neste último aspecto, o tempo de execução das políticas, a falta de foco, a inadequação no caso das mulheres assentadas – expressas, por exemplo, no insignificante acesso ao PRONAF mulher são fatores relevantes. Há necessidade premente das políticas públicas se abrirem efetivamente a modelos alternativos de desenvolvimento rural, prioridade para se falar em perspectivas face aos impasses econômicos, políticos e ambientais.

O PAA tem contribuído para a agricultura familiar sem dúvidas, afetando os preços dos produtos agro alimentares, a renda dos agricultores, favorecendo a emergência de novos mercados, fatores significativos que merecem ser ressaltados. Por outro lado, enfrenta limitações e dificuldades, pela pequena divulgação, pelo desconhecimento dos objetivos e da institucionalidade do programa pelos beneficiários, pelos problemas de chegar às famílias em maior vulnerabilidade social, por problemas operacionais e logísticos (atrasos na liberação dos recursos, dificuldades com o transporte dos produtos, falta de assistência técnica, dentre outros). Como resultado, é importante ressaltar que o PAA tem atingido um número significativo de pessoas em insegurança alimentar nos municípios.

Por outro lado, dilemas se agravam no exame de qual assistência técnica se faz necessária e quais são, efetivamente, os novos rumos da Pnater, extensão rural recentemente proposta. Há, de fato, investimento na educação dos jovens, no entendimento da capacitação como passagem para profissionalização? Por que a capacitação oscila entre equívocos e descontinuidades? Como repensar, efetivamente, os eixos da política pública, cuja avaliação não pode se pautar por uma eficiência descolada da realidade multidimensional dos assentamentos, mas exige, de fato, ter como prioridade, a satisfação das suas necessidades, a (re) educação, o investimento em uma capacitação adequada e contínua.

No caso das mulheres assentadas, há que se inverter um certo viés ainda presente, decorrente da masculinização do mundo rural, igualmente expresso na assistência técnica.

A juventude nos assentamentos encontra-se encurralada entre a falta de perspectivas em relação à geração de renda, à ausência de qualificação, tanto para o trabalho agrícola quanto para a migração na vida urbana. Os pretextos que levam ao deslocamento dos jovens para a cidade são dificuldades da vida no meio rural, como a falta de autonomia, financiamentos, assistência técnica para projetos em que os interesses dos jovens sejam levados em conta. Com a falta de recursos, os jovens migram para a cidade, pois a mesma passa a ser um atrativo tanto financeiro como para o acesso ao lazer e cultura. Esta situação não pode gerar generalizações equivocadas, como as afirmativas de que, para os jovens, o ciclo dos assentamentos estaria encerrado. Há significativas experiências de resistência da juventude que merecem ser valorizadas pela assistência técnica.

Suas ações são marcadas pela participação coletiva que contribuem para a retomada e valorização dos espaços de sociabilidade para jovens, mulheres e demais moradores dos assentamentos.

Avanços, recuos, bloqueios, perspectivas têm que ser avaliados na discussão dos rumos dos assentamentos rurais. Sem diagnósticos fatalistas, o que parece certo, no entanto, é que essa população assentada rural não pode mais ser contada como uma minoria silenciada pelas estruturas econômico-políticas, mesmo num estado tão rico como São Paulo. Seu papel nos destinos do desenvolvimento rural é interpretado de forma controversa, sendo, muitas vezes diminuída a importância dos assentamentos para o desenvolvimento regional. Por outro lado, não se pode subestimar suas potencialidades na construção de uma agenda de segurança alimentar nos municípios onde estão inseridos, interferindo, dessa forma, no desenvolvimento local e regional. Ainda mais, arriscamos apostar na hipótese

de que as perspectivas dos assentamentos rurais são fundamentais para se definir os rumos da democratização social e política em nosso país.

REGIÃO LESTE: assentamentos no raio dos centros urbanos

O fato do MST ter grande influência nas lutas pela terra e na constituição dos assentamentos nessa região explica o peso significativo dos cursos de formação política ou de orientação agroecológica, os quais, por sua vez, vão ter influência na formação de associações de produção e comercialização e do projeto de uma cooperativa regional. Por outro lado, a origem urbana de parte significativa dos assentados colide com teses equivocadas, em nossa avaliação, sobre a vocação agrícola associada unicamente aos que só tiveram relação direta com a terra.

A vocação agrícola é um dos temas a ser trabalhados com maior cuidado, para que não se crie armadilhas estereotipadas sobre o público ideal da Reforma Agrária, marginalizando um contingente dos demandantes de terra.

A proximidade dos assentamentos aos grandes centros urbanos faz com que a especulação imobiliária ocupe um lugar central na análise de seu desenvolvimento. Destaca-se igualmente a grande quantidade de eucaliptos e os problemas deficitários de sua fiscalização. A situação de Cajamar é bem ilustrativa desse impasse, pois o assentamento não pode ser ampliado em função de uma reserva ambiental que na verdade é ocupada por eucaliptos de propriedade de grandes empresas.

Em termos de diagnóstico, pesa fortemente no desenvolvimento desses assentamentos, a infraestrutura deficitária, especialmente no tocante à água, à falta de escolas e postos de saúde, coleta de lixo e transporte público. Com relação às estradas, de forma geral, o INCRA fez projetos com a Codasp, por meio do qual foram abertos os acessos. Porém, faltaram medidas que facilitassem a manutenção e mantivessem a qualidade, por exemplo, jogar cascalho. Em função disso e do excesso de chuvas, a qualidade das estradas é considerada ruim em todos eles.

A luz ainda não chegou ao assentamento de Apiaí. A dificuldade estaria no processo lento e burocrático de outorga¹⁰ para então entrar o programa Luz para Todos. Por enquanto, a maioria dos assentados tem geradores feitos a partir de motor de motocicletas. Nos demais assentamentos visitados na região

¹⁰Como esse assentamento tem muita água, a outorga está demorando, porque deve ser feita uma para cada pequeno curso.

da Grande São Paulo existe energia elétrica, principalmente através do Programa Luz Para Todos, geralmente após um período inicial de inexistência de energia. Em Itapetininga, por exemplo, há energia elétrica desde 2010 (o assentamento é de 2008, portanto ficou 2 anos sem).

Por outro lado, Apiaí é o único assentamento que tem água suficiente para produção. O acesso é por meio das minas d'água existentes em abundância e, além disso, não há muita necessidade de irrigação porque é uma região chuvosa. Nos demais, a realidade é inversa: o acesso à água é difícil e insuficiente para a produção. Reclama-se muito dos poços artesianos abertos pelo INCRA, que estão lá mas não funcionam (geralmente falta bombeamento e rede de distribuição, no caso de Cajamar, por exemplo). São José enfrenta a pior situação em relação ao acesso à água. Em Itapetininga, as famílias têm água para uso doméstico que vem de mina por roda d'água, mas nos lotes em que a água não chega, os assentados vão buscar diariamente na mina, alguns a pé. Em geral, as famílias têm caixas d'água abastecidas pela chuva para a produção.

Pode-se dizer que essa situação varia muito, mesmo no interior de um mesmo assentamento, pois nas famílias que possuem lotes próximos a cursos d'água, a situação muda bastante daquelas mais distantes. Assim, num mesmo assentamento, nota-se a diferença da produção daqueles que estão próximos de rios ou açudes (e que puxam água para seus lotes através de bombas), cuja produção é abundante e diversificada. Outra fonte essencial tanto para abastecimento doméstico como para produção se dá por meio dos poços cacimba, embora nesse caso não haja água suficiente para a produção durante o ano todo.

Em suma, há uma diversificação alta sobre a fonte e o uso das águas, que podem vir de córregos, nascentes e poços, e possibilitam servir para irrigar lavoura, consumo animal e uso doméstico. Cada assentado obtém uma maneira de melhor utilizar o recurso, conforme a disponibilidade de água em seu assentamento; apoios, e contribuições de órgãos públicos e organizações não governamentais; e a união presente entre as famílias assentadas.

Com relação à coleta de lixo, no caso desta região houve casos onde o caminhão passa apenas na entrada do assentamento três vezes por semana para fazer a coleta, em outros casos há caçambas em pontos estratégicos para coleta, ou, no melhor dos casos, transita pelas ruas principais.

Dessa maneira é compreensível que a grande maioria (63%) junta e vende alguns itens de maior valor, leva em pontos de coletas no assentamento ou fora destes. A queimada é ainda muito praticada no meio rural e, por vezes, tem consequências graves para áreas imperativas ao desenvolvimento de assentamento

como matas nativas e cultivos agrícolas circunvizinhos dos lotes que se utilizam desta prática. O processo de enterrar é muito comum e surge do conceito de retirar as fontes de miasmas (locais onde, por forma espontânea ou não, matérias se tornam fontes de criação de doenças) da vista e do acesso de vetores de doenças.

Dos assentamentos pesquisados, nenhum tem escola ou posto de saúde. O atendimento se dá nos municípios. São poucos assentamentos atendidos por transporte coletivo e, quando há, não atendem à totalidade do assentamento e há muitas limitações de horário. Outra opção é utilizar o transporte escolar (geralmente o transporte é gratuito apenas para os alunos, outros passageiros pagam a passagem como se fosse o serviço de uma empresa). O transporte escolar é considerado bom pela maioria, no entanto há relatos de crianças que caminham três quilômetros por dia para chegar até as vias principais do assentamento, onde o ônibus passa. Já o serviço de ambulância é considerado ineficiente, pois os assentados relatam depender da solidariedade de quem tem automóvel para as emergências.

Com relação à moradia, a maioria das famílias acessou crédito, o que ajudou na aquisição coletiva de material. O crédito deu pra fazer o básico da casa e depois eles puderam acessar um complemento ou investir com recurso próprio (este mais comum, com um valor superior ao do crédito). Em média, os créditos acessados através do INCRA tiveram um valor de R\$ 7 mil e agora passou a ser de R\$ 15 mil, ou seja, as famílias que receberam R\$ 7 mil agora têm a perspectiva de acessar mais R\$ 8 mil. Reclamam de que este dinheiro está parado no INCRA. Foi comum encontrar práticas como o mutirão para a construção das casas, mas também o uso da mão de obra familiar associada à contratação de pedreiros do próprio assentamento.

Entrave para o desenvolvimento é o tamanho da área. As 32 famílias de Cajamar estão em lotes de 5000m², ou seja, 0,5 ha, sendo que a área dos lotes deveria ser de aproximadamente 7 ha para produção e construção das casas. Isso acontece devido a uma ação civil pública do Ministério Público que fala para os assentados recuar 20 alqueires que seriam de uma área tombada. O caso está em processo jurídico para fazer a licença ambiental do local.

A área tombada tem uma parte de pasto e outra de eucalipto, o que não poderia ser considerada área tombada. Outro fator é que no plano diretor da cidade de Cajamar, consta que esta área é zona de interesse ambiental e no plano gestor da cidade o assentamento é reconhecido como área urbana. Cajamar faz parte de uma área ambiental que é a Serra do Japi, este processo ocorre desde 2006.

Um dos principais fatores que dificultam a produção no assentamento é a falta de água. Dependendo da localização dos lotes, alguns têm acesso à água e outros não. Nos que têm acesso, os quintais são bem diversificados, além da criação de pequenos animais, destaca-se o plantio de hortas, árvores frutíferas e mandioca. Houve um projeto de construção da casa de farinha e de capacitação para o beneficiamento da mandioca foi financiado pelo Centro de Educação, Estudos e Pesquisas (CEEP). Porém o triturador foi comprado errado, o que dificultou o término do projeto para colocá-lo em funcionamento.

Outro projeto que este assentamento teve foi o desenvolvimento coletivo de uma horta mandala. Através de financiamento da CARE do Brasil foi feita a implantação de uma horta em formato circular, com um tanque central de armazenamento de água, para irrigação e criação de pequenos animais. Inicialmente, 17 das 32 famílias participaram do projeto, que só iniciou a produção de hortaliças quando foi inserido no programa de doação simultânea da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Porém, hoje a horta se encontra parada, praticamente abandonada, principalmente porque a bomba da caixa d'água está quebrada, sendo assim eles não têm água para irrigar e tocar a horta.

Em Apiaí, entre 5 e 6 famílias participaram do projeto Frango Feliz, da Esalq/USP, para produção de frango. Embora o projeto não tenha tido continuidade, essas famílias receberam matrizes que vêm sendo cruzadas com outras espécies mais caipiras.

Notou-se em todos os assentamentos a importância da combinação de várias fontes de renda para composição do orçamento familiar, cujas principais são: atividades agrícolas e não agrícolas no interior dos lotes e dos assentamentos, assalariamento externo, aposentadorias e outros benefícios sociais (como o Bolsa Família). Uma estimativa de renda dependerá das possíveis combinações, além de que devem ser observadas as dinâmicas familiares e a não linearidade, por exemplo: filhos que ficam ou saem do lote dos pais, que estão ora assalariados ora não, assalariamento temporário e ocasional, interrupção de benefícios, abertura e fechamento de canais de comercialização, ciclos agrícolas (condições climáticas, boas e más safras, valor da produção no mercado), dentre outros vários fatores.

Igualmente importantes, no quesito renda, são as produções destinadas ao autoconsumo direto e ao autoconsumo intermediário¹¹, os arranjos entre as famílias

¹¹Exemplos do autoconsumo intermediário são plantações de capins para alimentação do gado, cujo leite é consumido pela família; uso de recursos do próprio lote que diminuem os custos produtivos, como o aproveitamento do esterco na adubação do roçado.

(trocas de alimentos e de serviços, mutirões, venda em consignação etc.) e as relações de solidariedade (doações de alimentos, sementes e mudas etc.), pois são aspectos que ajudam para que se crie uma identidade camponesa nos assentamentos, para que se tenha melhor qualidade de vida (segurança alimentar, por exemplo) e para que se evitem gastos monetários. As produções de autoconsumo diminuem o valor que seria gasto nos supermercados. A maioria dos assentados aponta para um custo mensal em supermercados de até um salário mínimo para uma família de quatro pessoas (86% dos casos), em itens como limpeza, higiene pessoal e alimentação.

Em todos os assentamentos da região, pudemos verificar um rol diversificado de opções destinadas ao autoconsumo: horticultura, abóbora, mandioca e outras tuberosas, milho, feijão, gado leiteiro, pequenas criações (suínos e galinha caipira), fruticultura (citrus, banana, goiaba etc). Feijão e milho com alta variedade genética.

Vários assentados relatam que a horticultura é o forte da região e deve ser priorizada nos assentamentos. De todos assentados entrevistados, apenas um respondeu que seriam horticultura e pecuária juntas, outros três assentados acham que a horticultura junto com a fruticultura seria o ideal. Apenas três apostaram na fruticultura, sem considerar a horticultura como prioridade. Outra resposta frequente se refere a existir mais agroindústrias (farinheira, laticínio, padaria, cachaçaria) e o turismo rural.

Os que trabalham com horticultura disseram que é bom quando vem um caminhão, da prefeitura ou, no pior dos casos, de algum atravessador, buscar. Outra resposta foi que a atividade garante uma renda sazonal. A fruticultura também é valorizada pelos assentados desta região. Foram citados, inclusive, casos em que os assentados gostariam de apostar em frutas com maior valor de mercado, como o maracujá, a litchia e a poncã. Os assentados de Apiaí citaram que comercialmente é interessante naquela região o plantio de frutas com alto valor de mercado como caqui, figo e pêssago. Eles reivindicam que isso seja incentivado com projetos técnicos para acessar o PRONAF, o que ainda não acontece.

Nos assentamentos cujos lotes são menores (Cajamar e Americana), aos poucos, são implantadas criações de galinhas, coelhos, peru e pato, que passam a representar grande relevância nas estratégias das famílias.

Em Apiaí existe uma beneficiadora de grãos e um entreposto municipal de mel, cujos assentados levam sua produção ou isso é feito por um atravessador. Há vários atravessadores que vão ao assentamento e levam as produções. Outra

forma de levar os produtos aos mercados locais é com o próprio caminhão da associação de moradores (chama-se Ecovale, voltada à comercialização da produção dos assentados para o PAA, Conab, feiras, mercados de bairro, para gerenciamento do uso do trator e do caminhão, dentre outras atividades). Outra forma importante de comercialização é a venda direta, ou seja, Cajamar fica próximo a grandes condomínios e, obrigatoriamente, as pessoas precisam passar pela estrada que corta o assentamento, daí a estratégia de colocar diversas placas de anúncio de venda de galinha caipira, porco caipira, hortaliças etc., na entrada dos lotes, ficando visível para quem passa.

No entanto, o PAA é a forma de comercialização que dá mais garantia de renda. Além de ser mais lucrativo, tem retorno mais rápido e seguro do que outras formas, intermediadas pelo atravessador (conhecido por dar calotes nos produtores). Embora existam casos em que o PAA tem valor menor do que outras formas de comercialização, como a venda direta em feiras e entregas no comércio de varejo, acaba compensando porque a prefeitura vem buscar e não há gastos com transporte. Outro atrativo do PAA é que em muitas prefeituras se paga melhor por produtos orgânicos, como vimos acontecer em Apiaí. Então, neste caso, é melhor do que vender em feiras ou comércio varejista. No entanto, o programa também sofreu algumas descontinuidades nesse município, quando houve mudança da gestão da associação dos assentados. Atualmente, a situação voltou ao normal.

A percepção dos assentados em relação ao PAA é que alavancou a agricultura familiar em geral. Com relação à merenda escolar, há perspectivas de inserção, mas ainda não acontece. Existe pressão do movimento para a prefeitura comprar, pois ainda não há uma vontade política explícita, com exceção da prefeitura de Biritiba-Mirim.

A venda para o PAA por meio de cooperativa ou a associação facilita para que o agricultor não precise sair do lote para fazer a comercialização. A maioria acha que para o PAA o ideal é entregar junto com a associação/cooperativa. A existência de cooperativas, no entanto, não é unanimidade, pois alguns assentados dizem que preferem qualquer alternativa produtiva que não necessite ser via cooperativa. Existem experiências bem sucedidas a partir da sociedade entre 3 pessoas ou de pequenos grupos informais, por exemplo, para trabalhar com abelhas, com a própria horticultura, com gado leiteiro e derivados etc.

A grande maioria dos assentados disse que participa de associação ou cooperativa para organização da comercialização, principalmente para se inserir no mercado institucional. Mas, também, há casos em que a associação ou a

cooperativa atuam na organização da produção propriamente.

Sobre as agroindústrias, é bem significativo quando o assentamento possui uma farinheira industrial, pois cria a expectativa de melhorar o trabalho para destinar a produção no interior do assentamento. No entanto, há casos de farinheiras que estão paradas porque existem pendências burocráticas ou técnicas a serem resolvidas, como em Cajamar. Por outro lado, na perspectiva da agro industrialização, destaca-se bastante o trabalho das mulheres que fazem pão, que conseguem atingir uma renda média de R\$700,00. Por meio de convênio com a FEPAF, na época do trabalho de campo estava em fase final a construção de uma cozinha comunitária para pão, doce, salgados em Apiaí. Destacam-se também outras iniciativas de grupos de mulheres que produzem queijos e derivados e artesanatos. As agroindústrias seriam importantes mesmo sem selos ou associações, por se tratar de atividade que se realiza facilmente em grupo, agrega valor à produção agropecuária e disponibiliza um produto diferenciado para o mercado interno do assentamento.

No assentamento de Apiaí, existem pequenos grupos que trabalham na transformação de leite em queijo, manteiga, doce, doce de abóbora. Os grupos são informais e geralmente as mulheres beneficiam o que os homens produzem na roça. Tem um grupo de 35 mulheres que está acessando o Apoio Mulher, sendo que 31 delas quer adquirir gado leiteiro, 2 querem para atividades de artesanato e 2 querem para fruticultura. Esta é a forma de bem aproveitar o recurso, criticado pelo baixo valor e parcelamento (R\$ 800,00 por ano em três parcelas).

Em uma das ilhas¹² (que possui 8 famílias) do assentamento de Apiaí estão construindo uma cozinha industrial e outra cozinha está sendo feita em parceria com a Fepaf, mas esta para o assentamento todo. Neste assentamento existe ainda a intenção de explorar o turismo rural, aproveitando seu potencial ecológico. A ideia envolveria as coisas da comunidade, por exemplo, o artesanato: existem poucos, mas bons artesões que fazem móveis de bambu, que são comercializados na beira da estrada e também são comercializados para pousadas da região que fazem a compra no local.

Em Itapetininga ocorre algo semelhante em torno do Apoio Mulher: há grupos de mulheres que já estão trabalhando com fruticultura diversificada e gado leiteiro.

¹²Neste PDS, o termo ilhas equivale ao que é mais comumente chamado núcleo ou setor do assentamento.

O projeto do leite está sendo feito em conjunto com a prefeitura e o programa Luz para Todos, em torno de 6 famílias participam e comercializam o queijo fresco e mussarela no PAA. O grupo não é constituído enquanto associação.

Uma reivindicação desses grupos de mulheres se dá pela existência de DAP específica para as mulheres e outra para os jovens, como forma de reconhecimento do trabalho no lote, a comprovação para aposentadoria e aumento do volume de comercialização via PAA. A grande maioria dos entrevistados não tem conhecimento de nenhuma política para mulher. Dos que conhecem, citaram apenas créditos voltados para mulheres: Apoio Mulher, criticado por ser valor baixo e parcelado; e PRONAF Mulher, que pouquíssimas vezes é acessado. O quadro se repete com relação a políticas direcionadas aos idosos ou jovens: a maioria declarou não haver políticas voltadas para idosos ou jovens. Dos que citaram alguma, foram: atividades esportivas (futebol, hidroginástica, etc.) e o PRONAF Jovem, igualmente pouco acessado.

Neste sentido, a principal sugestão é para que haja incentivo para os filhos dos assentados investirem em projetos que lhes garantam renda própria. Alternativas como trabalhar no próprio lote da família, mas com alguma autonomia. Ou trabalhar em cooperativas e associações no assentamento, tanto na parte de produção, agro industrialização, gestão das organizações etc. Outras sugestões se voltam mais à educação, à cultura e ao lazer, visando tornar o assentamento mais atrativo para os jovens: cursos de formação (escolas e investimento em educação), telecentro (e um professor para ensinar), palestras de conscientização sobre drogas e educação sexual (prevenção de gravidez e doenças sexualmente transmissíveis).

Outra opção é estudar fora, ir para cursos do movimento, que os filhos consigam estudar na faculdade e que continuem ou voltem para trabalhar e viver no assentamento. De forma geral, os assentados querem que seus filhos fiquem por perto, se possível no lote deles, mas se os filhos querem ir para a cidade para estudar ou trabalhar, eles os respeitam. Poucos disseram que acham melhor o filho ter uma profissão fora do assentamento.

Por outro lado, os entrevistados demandam maior acesso à água, infraestrutura, créditos, parcerias com outras instituições para execução de projetos em prol da geração de renda e trabalho, capacitação em práticas conservacionistas, processo de produção em agroindústrias, melhor assistência técnica, maior fiscalização porque muita gente não tem perfil de agricultor, maior vontade política das prefeituras.

Para os técnicos do INCRA existe dificuldade para que os assentados acatem

orientações e mudanças no jeito de trabalhar, o que causa um certo choque entre o querer das famílias e os projetos técnicos para o assentamento. Existe igualmente uma divergência entre o que o banco financia com o que o assentado quer. Para os assentados, falta assistência de campo para os problemas que a lavoura apresenta, principalmente porque nos PDS's não se pode usar insumos químicos e faltam orientações para uso de outros insumos alternativos. Os técnicos são muito presos à burocracia (diga-se, a burocracia para liberação de créditos e outros serviços públicos, que exigem preparação de papelada e relatórios que tiram os técnicos de campo). Então os assentados gostariam que houvesse técnicos especializados em liberação de créditos e outros para acompanhamento técnico e que conhecessem melhor a aptidão agrícola da região, as possibilidades de mercado e o querer das famílias assentadas.

Existem várias iniciativas de transição agroecológica e produção orgânica nos assentamentos. No assentamento Ipanema existe, inclusive, um grupo de processo de certificação da produção agroecológica. O coordenador explicitou dificuldades limitantes relativas ao recurso das famílias e também a pouca oportunidade de escoamento da produção ecológica. A alternativa, ou experimentação da produção sem uso de agroquímicos verifica-se nas hortas.

O universo amostral de 21 entrevistados se deparou com uma maioria que não aplica agrotóxicos, cerca de 52% dos assentados nunca aplicam agrotóxicos. Dentre os que utilizam esse insumo há dois tipos de aplicadores que só utilizam uma categoria de agrotóxico, cada um com 10% da representação, herbicida aplicado no mato e inseticida contra pragas. Há um assentado que aplica as duas formulações contra os alvos, desses, 5% usam inseticida e herbicida, e a maior parte trata-se daqueles assentados em assentamentos tipo PDS (Americana, Cajamar e Apiaí) que conforme o supracitado não aplicam agrotóxicos. Apenas três assentados disseram que aplicam repetidamente herbicida e inseticida. Os demais aplicam ocasionalmente um ou outro agrotóxico, quando há necessidade.

Os principais problemas enfrentados são os que dizem respeito à recuperação das áreas que, antes da entrada das famílias eram muito degradadas e, também, a relação com os órgãos responsáveis pelas questões ambientais. Enfim, a oscilação no enfrentamento dos problemas ambientais pode ser avaliada através da quantidade de licenciamento ambiental emitido aos assentamentos pelo órgão competente.

A dificuldade enfrentada em regularizar os assentamentos, licenciamento ambiental, outorgas, averbamentos de RL, APP se apresenta pela morosidade

burocrática ou então, pelo preconceito social (travestido em burocracia) dos órgãos responsáveis pelos assentamentos de reforma agrária, como foi relatado em diversas entrevistas por atores de cada assentamento.

Em suma, existem diversos problemas ambientais, muitos dos quais por falta de orientação atualizada aos assentados, e outros tantos pela dificuldade ocasionada pelos próprios órgãos ambientais responsáveis por acordar e estabelecer regras para conduzir os recursos naturais e bem aproveitá-las como está previsto nas legislações competentes. Tais considerações nos levam a afirmar a prioridade de inserção da questão ambiental na agenda das políticas públicas.

PONTAL DO PARANAPANEMA: a região de maior densidade de assentamentos

Aspectos das condições de infraestrutura social

Com uma média de 4,7 pessoas por lote, os assentamentos do Pontal sofrem com a ausência de crianças (57% das famílias não as têm) e de jovens (apurouse 68% de famílias sem adolescentes em casa) – problema que tende a ser agravado a médio prazo (daqui a 15 anos): como serão os PAs na próxima geração? Outra informação demográfica preocupante é a que aponta para o fato dos adultos mais diretamente responsáveis pelo lote terem, na maioria absoluta dos casos, apenas o Ensino Fundamental incompleto – isto pode prejudicar sobremaneira a penetração de programas de formação técnica com maior sofisticação e exigência intelectual/escolar.

Praticamente todos vivem em casas de alvenaria, mesmo que inacabadas (o que aponta para a insuficiência do apoio para edificação de moradias). Embora as casas contem sempre com banheiros internos, a questão do tipo de saneamento (com predomínio de fossas ambientalmente inadequadas) é um problema recorrente: 79% dos respondentes utilizam fossas simples ou negras, contra apenas 16% que têm fossas sépticas. Embora aproximadamente metade das moradias tenha acesso à água de poço artesiano, quase um quarto ainda usa poços cacimbas para atender às suas necessidades básicas (consumo humano). Outro quarto dos entrevistados usa diferentes fontes de água (todas oferecendo riscos à saúde). Quando avaliado o fornecimento de água para a produção, os números são muito próximos (com cobertura menor, por exemplo, de poços artesianos), corroborando o fato de que ainda é preciso completar-se o investimento no fornecimento de água aos assentados.

Todos os assentamentos do Pontal são servidos por energia elétrica, mas apenas para uso residencial. As redes elétricas foram providas durante todos os

períodos de governo, de maneira que se pode inferir que, no Pontal, os sucessivos programas públicos de eletrificação residencial foram efetivos, desde os anos 1980. Porém, o uso de energia elétrica para mover equipamentos de produção agropecuária sempre depende exclusivamente do investimento dos assentados (se existe a rede, fica a cargo dos assentados estendê-la até às instalações produtivas e prover transformador próprio). Esse dado mostra que, ao contrário da eletrificação para uso doméstico, a eletrificação de maior potência, para uso produtivo, não constou de nenhum programa oficial desde os anos 1980.

O atendimento escolar é abrangente, embora quase sempre dependente de transporte para estabelecimentos na zona urbana – sobretudo a partir dos anos finais do Ensino Fundamental. Essa necessária viagem cotidiana à cidade (ou distritos urbanizados) esbarra nas más condições das estradas, dentro e fora dos PAs, tornando a escolarização um empreendimento que toma praticamente o dia todo dos estudantes. Depois de um momento inicial de certo apoio às escolas rurais (nos assentamentos), muitas Prefeituras acabaram fechando esses estabelecimentos, às vezes alegando falta de alunos (de fato, uma redução de população em idade escolar é verificada nesses PAs).

Com relação ao atendimento de saúde, embora pouco mais de 60% dos entrevistados tenham apontado a existência de postos de saúde nos seus assentamentos, a concorrência do Programa de Saúde da Família (PSF) eleva o percentual de atendimento básico a 80% da população assentada. Apesar disso, calcular que cerca de 20% dos moradores dos assentamentos no Pontal não têm acesso aos programas de saúde básica é revelar uma falha grave nas políticas de seguridade social. O fato de que esses serviços sejam quase que totalmente de responsabilidade das Prefeituras ajuda a entender esse déficit. Muitas Prefeituras da região não têm recursos suficientes para manter uma unidade nos relativamente distantes assentamentos. Além do mais, os indicadores de infraestrutura de saúde nas próprias sedes municipais são ruins, sendo recorrente a prática do que se chama popularmente de "ambulancioterapia" – que nada mais é do que o simples traslado dos doentes para Presidente Prudente, capital regional e cidade mais provida de equipamentos de saúde pública.

Há pouquíssimos pontos públicos de acesso à internet, alguns inclusive não concluídos (como no caso registrado do PA Roseli Nunes, em Mirante do Paranapanema). No tocante à cobertura de telefonia móvel, 81% dos entrevistados dizem que o celular "*pega*" no seu assentamento.

As condições básicas para a qualidade de vida nos assentamentos não são abrangentes nos assentamentos. Embora algumas situações mais drásticas estejam

relacionadas com o tempo de instalação das famílias (cita-se o PDS Bom Jesus, em Iepê, o mais novo dos assentamentos investigados, cuja oferta de serviços básicos é a mais deficitária), aspectos como saneamento básico, abastecimento de água, estrutura viária e serviços de saúde demandam ainda muita atenção (e investimento) das agências responsáveis pela implantação/gestão dos PAs.

Trabalho, renda e produção nos assentamentos

Metade das famílias assentadas conta com pessoas trabalhando fora do lote, embora em 93% dos casos entrevistados há pelo menos uma pessoa trabalhando no lote (em 42% dos casos, são duas pessoas trabalhando no lote familiar). A remuneração "de fora do lote" é, em média, maior do que aquela auferida na lida do assentamento (em 84% dos casos, a renda obtida no lote chega, no máximo, a dois Salários Mínimos/Mês). Mais de 80% das famílias recebem algum tipo de benefício social, com destaque para as aposentadorias.

Os principais bens de consumo duráveis nos assentamentos são os básicos (fogões e geladeiras, mais a TV – todos na casa dos 90%), sendo notável, também, a presença de automóveis (66% de ocorrências). Apenas 19% têm computadores, embora o acesso a internet seja muito raro.

A pesquisa revelou que os cultivos agrícolas vegetais predominantes nas áreas dos assentamentos são os da mandioca, hortaliças, e frutas. Do ponto de vista animal, a maior fração do lote é predominantemente ocupada com área de pastagem destinada à prática da bovinocultura de leite, seguidas por participações pontuais de aves, suínos, ovinos, abelha e piscicultura. O gado leiteiro é a principal atividade produtiva nos assentamentos (81% dos entrevistados dedicam-se a este tipo de pecuária), seguido, em termos de participação de assentados na produção, pelos cultivos de mandioca e hortaliças.

Quanto ao eucalipto, o seu plantio está associado ao conforto térmico do rebanho bovino, para sombreamento, sendo sua madeira aproveitada para cercas e demais instalações rústicas (autoconsumo), mas também para comercialização, mesmo que em pequenas quantidades. Não foi registrada produção madeireira com vistas eminentemente comercial nos assentamentos do Pontal, até mesmo pela quantidade plantada em cada lote. A diversificação existe, porém, excetuando aquela incentivada por programas de compras institucionais (como o PAA), ela é de pequena monta nos lotes.

A produção nos assentamentos está superando o binômio leite-mandioca, detectado em pesquisas anteriores (SILVA, FERNANDES e VALENCIANO, 2006), graças à concorrência das produções (sobretudo de hortifrut) incrementadas

pelos programas de comercialização (primeiro o PAA, depois o PNAE). Embora esses programas ainda não tenham uma abrangência satisfatória (menos de 20% dos assentados participam dessas políticas públicas), demonstram uma extraordinária capacidade estruturante, aumentando e diversificando a produção e a renda, além de inequívocos ganhos em termos de autoconsumo.

O homem chefe da família é o principal agente de produção agrícola no lote, excetuando-se no caso da horticultura, na qual a mulher chefe de família tem mais presença do que seu cônjuge, embora eles dividam muito esta lida, assim como os cultivos de frutas e cereais (milho, arroz e feijão essencialmente). Na distribuição das tarefas na produção animal, as mulheres estão mais presentes que os homens na avicultura (essencialmente de terreiro), enquanto que, curiosamente, os filhos são apontados como os principais responsáveis pelo gado de corte no conjunto dos assentamentos do Pontal. Quando foram levantadas as atividades de processamento de alimentos, estas se mostraram presentes em 16% da amostra, sendo os laticínios artesanais/domésticos o tipo que mais aparece. Esse processamento é uma atividade quase que exclusivamente feminina, sendo registrado um único caso (11% na amostra) em que toda a família trabalha no processamento do leite (trata-se de um laticínio doméstico bastante rentável).

A abrangência e a eficácia de programas oficiais de crédito, assistência técnica e comercialização da produção. Nesse sentido, o PRONAF - principal política creditícia em vigor para os assentamentos – acaba por ser pouco acessado e, quando o é, oferece muitos riscos de inadimplência. Pode-se supor, então, que sua efetividade e sua eficácia são baixas – o que abre espaço para uma reflexão acerca da correção desta política pública no contexto dos assentamentos rurais de reforma agrária.

A ATER, talvez a mais estruturante de todas as políticas públicas estudadas, é a que se apresenta como de mais dificuldade de avaliação, na medida em que os números mostram-se divergentes, além do fato – considerado fundamental – de que a complexidade que envolve sua aplicação e sua gestão são patentes. Nesse sentido, vale reiterar as avaliações inconclusivas sobre a ATER feitas pelos respondentes. Quando chamados a atribuir conceitos – que variam de bom a péssimo – à assistência técnica, 51% dos respondentes a julgaram boa ou regular, contra 47% que a avaliam como ruim ou péssima. Essa ambiguidade possibilita várias frentes de análise, desde a irregular assistência prestada nos projetos de financiamento (com bastante presença da ATER na montagem do projeto para o banco e bastante ausência no

acompanhamento da execução), até o acompanhamento da ATER nos programas de comercialização, de presença mais efetiva, mas mesmo assim criticada.

Programas específicos, como o Apoio Mulher, crédito produtivo inicial voltado para as mulheres assentadas, apresentam-se muito problemáticos. Além da pouca abrangência, a pesquisa qualitativa revelou inadequação de seus projetos e até mesmo descaso das lideranças e técnicos com relação à importância e valorização desse recurso. Ainda há muito o que caminhar para que esse tipo de política pública provoque mudanças visíveis nos assentamentos do Pontal.

Há problemas ambientais em todos os PAs, como a destinação inadequada dos resíduos sólidos (destaque para as embalagens de agrotóxicos, no geral queimadas e/ou enterradas). Além disso, 16% dos entrevistados apontaram uso irregular da Reserva Florestal Legal – com cultivos e deposição de lixo – e 18% deles utilizam as APPs, principalmente como aguada para o gado. As curvas de nível, ao lado da adubação verde, são as práticas conservacionistas mais observadas. Praticamente 60% dos assentados fazem um manejo tradicional puro ou mesclado com insumos agroquímicos. As práticas agroecológicas ainda são estatisticamente pouco relevantes. No total, 32% dos assentados já receberam alguma notificação ambiental.

Apesar de apenas 16% participarem de associações de produtores (contra 30% que participam de grupos religiosos), registrou-se que há muitos casos de assentados com cargo político (em mais da metade dos assentamentos da amostra) – o que demonstra as contradições para a participação civil dessa população. Voltando-se a refletir sobre a participação feminina, no espaço da política sua atuação continua subordinada ao homem, não apenas em termos quantitativos, como também pelo recrudescimento de uma postura patriarcal nos assentamentos.

O citado exemplo do descaso partilhado por técnicos e liderança pelo crédito "Apoio Mulher" é revelador da recorrência dessa postura patriarcal, mas, contraditoriamente, provoca discussão nos fóruns promovidos pelas agências de mediação, sendo esse talvez – o de provocar um debate – o principal saldo dessa iniciativa pública de caráter de gênero nos PAs do Pontal. No entanto, a realidade social dos assentamentos, se reproduz muito do patriarcalismo tradicional, também apresenta contraexemplos de mulheres que tomam as rédeas da produção no lote e, também, ganham destaque no espaço da representação política. Como em toda a sociedade brasileira deste início de Século, a questão de gênero mobiliza e enriquece essas áreas reformadas.

O que pensar desses dados?

Essa síntese não esgota o potencial de interpretação dos dados levantados pela pesquisa Uniara-INCRA. No entanto, a reiteração de algumas realidades, bem como indícios de mudanças, apontam para bloqueios e perspectivas mais ou menos claros. No tocante à infraestrutura, recoloca-se a questão da participação (ou cogestão) dos entes municipais nas políticas públicas de atendimento à população. No caso do Pontal, as Prefeituras, no geral, têm poucos recursos, o que rebate de forma severa nos PAs. A questão da saúde é particularmente reveladora desse dilema, assim como a situação das estradas. Mas, exatamente nessas áreas, o contexto deve ser explicitado: se esses serviços públicos são ruins nos PAs, o são também em outras regiões dos municípios, apontando para gargalos maiores em termos de desenvolvimento regional.

Avaliando-se políticas mais específicas, é plausível aventar que a ação governamental ainda trabalha com limites muito claros no que tange ao apoio aos assentamentos. Isso pode ser depreendido da ausência de programas de eletrificação com objetivo de incremento à produção, assim como das dificuldades de efetividade da assistência técnica (mais presente apenas quando junto aos programas de comercialização) e crédito produtivo, que demonstram inequívocas limitações e inadequações.

Embora constando de todos os documentos oficiais (sejam eles da esfera federal ou estadual) a questão ambiental também é pouco contemplada. Baixíssima oferta de apoio para programas nessa área, além de situações críticas na condição dos assentados com relação a acesso a água, saneamento básico e deposição de dejetos. A participação em ações de produção mais ambientalmente adequada também é baixa, no mais das vezes, projetos-piloto de caráter experimental promovidos por ONGs e agências de pesquisa.

No entanto, mesmo com evidentes limites de abrangência, os assentados (e outros mediadores ligados à realidade dos assentamentos) souberam aproveitar o potencial de uma política pública visivelmente mais adequada às condições socioeconômicas desses produtores, como o PAA. Claro que críticas possam ser feitas, com relação ao teto de fornecimento, aos desvios e negociações de DAPs, ao desinteresse das Prefeituras. Mas, apesar disso, os efeitos dessa política pública repercutem em diferentes esferas: incremento da renda e da produção, estímulo à organização dos produtores, maior intercâmbio e reconhecimento por parte dos moradores das cidades, que passam a considerar positivamente o trabalho e a produção dos assentados. O caráter estruturante do PAA, bem como suas demais virtudes nesse contexto de uma agropecuária de baixo insumo

de capital e desvalorizada socialmente, devem ser melhor estudados para que sejam replicados em outros programas oficiais de apoio ao desenvolvimento dos assentamentos.

REGIÃO DE ANDRADINA: gargalos das políticas públicas

A cotidianidade da política pública nos assentamentos

A questão da assistência técnica no assentamento é a primeira coisa que se destaca nas entrevistas, sendo esta o principal elemento que constrói o sentido do relacionamento entre o assentado e o órgão público, que parece ser concebida como uma questão absolutamente necessária para os assentados, sem a qual não pareceria que o assentamento poderia se desenvolver, e que não está ocorrendo na frequência que os assentados gostariam e, por outro lado, que parece estar enfocada somente ao mercado capitalista.

A política pública que fomenta a produção para o desenvolvimento dos assentamentos não leva em consideração a heterogeneidade de expectativas e experiências que se tem no assentamento. Por exemplo, os créditos de fomento para produção são aplicados quase que somente para a produção de gado leiteiro, pois o discurso oficial dominante desde as instituições de desenvolvimento tipificam a região como uma bacia leiteira, bloqueando a diversidade natural da produção camponesa nos assentamentos e inserindo o assentado de forma subalterna para fornecer matéria prima aos grandes laticínios.

A priorização para o investimento dos recursos do PRONAF fortaleceu a cadeia leiteira como um eixo para investir na produção, desconsiderando os projetos alternativos que os assentados têm como plano de sua vida.

Em paralelo, a própria natureza do sujeito assentado o leva a desenvolver uma estratégia para diversificar o risco da produção baseada na monocultura. Isso convive com a dualidade e tensão inerente à política de reforma agrária, que tenta fortalecer as estruturas produtivas para melhorar a condição das famílias para conseguir uma maior renda, terminando de potencializar essa virtude de diversificação natural dos assentados e de suas unidades produtivas.

As estratégias produtivas dos assentados estão conformadas por múltiplas atividades produtivas, nas quais se encontram a agricultura, pecuária, agroindústria familiar, e outras. No caso da agricultura, existe uma diversidade muito grande que envolve pelo menos o trabalho de mais de 15 culturas diferentes que são potencializadas a partir de políticas como o PNAE que incentiva os assentados a desenvolverem uma produção diversificada, qualificando sua alimentação e incrementando a renda.

Neste campo, os desafios que se colocam para a política produtiva são trabalhar a diversidade e potencializar os planos que se tem nos assentamentos para alcançar uma vida digna.

A assistência técnica parece estar estruturada fortemente em torno do conhecimento técnico inspirado na revolução verde, ou pouco adequado aos marcos de uma proposta agroecológica. O produtor paradigmático neste imaginário construído na luta pela terra está referenciado como produtor inserido na economia de alta produtividade que utiliza as tecnologias da revolução verde. Na percepção de muitos entrevistados, a grande maioria valoriza a importância de conseguir um nível alto de renda no lote, o qual é considerado como expressão do seu êxito na consolidação do seu lote e de sua condição de produtor. Às vezes este imaginário parece uma consequência lógica da luta pela terra na região, desde que a justificativa para a expropriação do latifúndio não é só a concentração da terra, mais a improdutividade do latifúndio, porém o assentado tem que demonstrar que ele quer a terra não só para trocar de identidade de sem terra para assentado, mas para fazer a terra produzir. Pressões se impõem, criando a necessidade (a partir de parâmetros que não são escolhidos diretamente por eles) de estabelecer uma dinâmica de alta produção o antes possível.

Às vezes esta concepção produtivista atua num contra-sentido com os objetivos da luta pela terra sob o marco de outra concepção do mundo, marcada fortemente pela ideologia do movimento dos sem terra. Os argumentos da tomada da terra têm uma conotação de luta por outro modelo produtivo, referenciado na proposta da agroecologia, ainda que fortemente pressionado pelo imaginário dominante da sociedade regional que valoriza a alta produtividade do agronegócio como sinônimo de construção de uma economia forte e competitiva no projeto nacional do Brasil para se inserir na economia global.

Constata-se o uso do conhecimento técnico agroecológico como uma estratégia de massificação da tecnologia da revolução verde para o produtor do produtor familiar, no qual é descartado o conhecimento tradicional do produtor. Parece estar implantada uma concepção de que a produção é uma estratégia mercantil por excelência, assim como sua articulação com o mercado capitalista. Esta concepção tem uma influência determinante no enfoque da assistência técnica aos assentamentos, que privilegia uma lógica de transferência de tecnologia gerada nas universidades e nos centros de pesquisa, a qual tem o inconveniente de tornar o pequeno produtor dependente destes atores externos. Numa eventualidade de que a assistência técnica enquanto política pública não consiga acontecer nos assentamentos, isso implica que o produtor fica vulnerável na sua

capacidade autônoma de inovação técnica.

O debate é muito fraco neste sentido, não que as lideranças não tenham uma proposta estruturada, mas a prática do assentado comum mostra uma clara tendência voltada à utilização da tecnologia e às práticas produtivas que geram uma alta renda. É possível observar uma tendência a conceber a produção no lote como uma produção alta, não só uma produção. Para além de produzir, têm que demonstrar uma alta produtividade justificada em termos econômicos e estatísticos frente ao adversário, com o qual disputa a terra: o agronegócio.

Também se fala que a assistência técnica do INCRA está mais voltada para os trâmites burocráticos e não para a produção. É muito recorrente a percepção de que a capacitação técnica na realidade é feita pelo SENAI, e muito pouco pelo INCRA. Não é uma crítica às capacidades dos técnicos dos assentamentos, mas à estruturação do serviço técnico do INCRA, desde que cada técnico tem muito volume de trabalho para resolver em muito pouco tempo, e o resultado prático desta estratégia é um técnico sobrecarregado com muito trabalho que anda no corre-corre para garantir ao menos que seus assentados não percam o acesso aos financiamentos. No final, a assistência técnica termina sendo uma assistência limitada aos trâmites de acesso aos créditos.

No que respeita à responsabilidade institucional do INCRA para ajudar o assentamento a estruturar-se é outro fator recorrente a merecer uma análise. O problema dos apoios do INCRA na construção de infraestrutura no assentamento (caixas de água, cercas das APPs, etc.) prometidos ou iniciados, mais que em muitas ocasiões, não terminam. O resultado disso é a falta de credibilidade dos assentados sobre a capacidade e o compromisso institucional.

Vinculado a isso, surge a consideração da natureza do INCRA como órgão político, cuja efetividade para avançar num certo sentido da política depende por completo da equipe e da visão política da direção institucional. Em todo caso, a capacidade dos assentamentos de influenciar na condução institucional parece estar restringida aos mecanismos de pressão, os quais têm efeitos que devem que ser avaliados em relação a outros possíveis mecanismos institucionalizados, que não foram identificados por enquanto.

A disputa pela responsabilidade das prefeituras e do INCRA dentro do assentamento pela construção do equipamento, manutenção das estradas, prestação de diversos serviços, numa briga por delegar as responsabilidades para a outra instituição, faz com que os assentamentos não possam ser integrados na dinâmica do desenvolvimento regional como atores reconhecidos pelo seu aporte na economia, papel que é mais de que evidente, ainda que não seja

reconhecido, na sua verdadeira dimensão, na maioria dos casos, pelas prefeituras. É frequente ouvir os prefeitos se referirem aos assentamentos como problemas e não como potencialidades para o desenvolvimento do território municipal.

Neste sentido, a questão da inclusão e a incorporação dos assentamentos na política local dos municípios é uma questão muito importante que tem que ser encarada pela política pública para avançar na consolidação da reforma agrária. Seu papel na economia é reconhecido informalmente, ainda que essa situação não seja traduzida nas ações da política pública para sua legitimação.

A iniciativa de fazer nomear a região de Andradina como um "território da cidadania" e seu possível impacto na visualização política dos assentados e assentamentos, desde que os assentamentos tivessem a chance de se representar por si mesmos na futura estrutura de gestão desse território, ainda que para isso precisassem enfrentar os atores mais poderosos que, com todo o poder que têm, controlam esse espaço de participação. O perigo é a falsa sensação de ter parte nas decisões do território, já que a representação dos assentados é mínima e fragmentada.

Do mesmo jeito, esta estratégia parece ser uma possibilidade de visualização dos assentamentos, desde que a criação do território da cidadania nesta região estaria justificada pela ampla presença dos assentamentos, é também outro espaço de disputa pelo controle destes recursos públicos pelos outros atores poderosos, que sem dúvidas usaram o seu poder para construir uma estrutura de decisão favorável a seus interesses.

A questão da autonomia do assentamento em relação ao movimento ou ao sindicato é uma questão muitas vezes colocada nas entrevistas. O território da cidadania tem uma motivação para os assentados, entre outras, de ser uma estratégia para sair do controle da elite do movimento ou do sindicato. Num outro caso, a constituição de uma central de associações do município de Castilho parece ser uma estratégia de sair da influência do movimento e do INCRA que trabalha apoiando o movimento.

Este parece um paradoxo, mas tem que ser analisado, desde que a luta pela terra exige articulação e organização, e tanto o movimento como os sindicatos têm o potencial para a articulação regional, estadual ou nacional da luta. Muitos entrevistados manifestaram sua reticência para manter sua vinculação com a organização matriz, a partir de diferentes motivações que parecem indicar uma inadequação do movimento para continuar com a luta pela terra, uma vez conseguido o assentamento.

O conflito das políticas voltadas para a cidade nas prefeituras é uma questão

também identificada como importante na realidade dos assentamentos, que precisa ser incorporada na definição das políticas da prefeitura.

A história de vida dos assentados permite observar uma diversidade de origens e experiências de trabalho das pessoas, ainda que seja possível diferenciar entre os que têm uma experiência prévia, ou, não na produção agrícola. Mas, uma experiência prévia não é garantia para que o assentado seja, de início, um produtor eficiente e/ou exitoso; junto a essa experiência deve acompanhar uma habilidade para organizar a unidade produtiva, a qual é identificada como um campo importante para encarar a política da reforma agrária. "É o problema do boia-fria que trabalha muito forte para outros, mas quando cai na terra ele, fica perdido", comenta um assentado. Questão controversa já que em outras regiões, assentados ex-boias-frias têm construído estratégias significativas para permanecer na terra.

Numa comparação das entrevistas entre assentamentos, é interessante apontar que os assentados têm uma opinião muita clara sobre os efeitos da velocidade de aplicação das políticas de financiamento nos assentamentos, e as causas destas diferenças. Os assentados têm informação para comparar entre assentamentos próximos na região, o que é um dado interessante, desde que isso se constitui, de fato, numa avaliação da efetividade da política de financiamento por parte dos beneficiários. O problema fica na ausência de uma estrutura de governo do âmbito dos assentamentos, através da qual os assentados pudessem expressar sua experiência em decisões sobre a política.

Outro aspecto relevante das análises nas entrevistas é a perspectiva dos jovens para ficar nos assentamentos. Uma entrevista foi feita com dois jovens irmãos que são beneficiários de um lote num assentamento, filhos de assentados num outro assentamento vizinho, mostrando um contraste com outros assentamentos que revelam, ao contrário, uma problemática complicada com respeito aos filhos que não parecem encontrar perspectivas para ficar nos lotes dos pais. Mais ainda, quando os pais não desejam que os filhos fiquem no lote.

Com certeza este é um aspecto central de avaliar na aplicação da política pública da reforma agrária, desde que isso obriga a debater sobre a sustentabilidade e a possibilidade de continuação desta política e desta estratégia de luta social no Brasil.

Os jovens parecem confiantes na perspectiva de acessar as políticas de apoio financeiro para consolidar seu lote, desvendando uma questão que atravessa a problemática dos assentados, que implica na concepção de que o futuro dos assentamentos depende dos recursos públicos, de alocar mais recursos por parte do INCRA, o que equivale a dizer que a luta pela terra só tem sentido com a

capacidade de estabelecer uma parceria com uma fração do governo que garantisse recursos econômicos para serem aplicados no desenvolvimento dos assentamentos.

Ligada a esta situação dos jovens nos assentamentos mais recentes, tem-se o contraste do assentamento Primavera, o mais antigo da região, onde se tem exemplos de venda da terra, aluguel da terra como estratégias – na contramão dos princípios da Reforma Agrária – de resolução da continuidade dos jovens na terra.

Este último caso deve ser aprofundado, desde que o assentamento Primavera é uma situação atípica diferente dos outros assentamentos, ainda que referido à mesma problemática da luta pela terra.

A velocidade da Política Pública para assentamentos

A velocidade de execução das políticas é outro tema que diferencia os resultados que se tem alcançado nos assentamentos. Isto pode ser exemplificado nos assentamentos como Olga Benário, considerado um assentamento novo, onde teve uma aplicação planejada de todos os créditos em nove meses. Este fato faz com que Olga Benario tenha em andamento uma estrutura produtiva mais consolidada do que outros assentamentos também novos como é o assentamento Rio Paraná, e o assentamento Timborezinho que foi criado há dois anos e que enfrenta vários problemas no processo de implementação produtiva.

Junto à velocidade tem-se o conceito de *oportunidade* da aplicação da política pública, como aconteceu no Olga Benário, em que o crédito de moradia saiu rápido, ainda que numa época do ano em que as chuvas não deixaram utilizar os recursos.

Integralidade da política pública

A aplicação da política pública não leva em conta necessidades singulares dos diferentes sujeitos que se tem no assentamento, por exemplo, idosos e jovens. Isto é uma carência muito grande que pode levar os jovens a saírem do assentamento. A supressão dessa carência garantiria que menos jovens deixassem os assentamentos e se assegurasse o prosseguimento da reforma agrária, e, sem dúvidas, legitimaria a política pública de assentamentos aos olhos dos assentados, que percebem a saída dos jovens como um dos principais problemas dos assentamentos.

A falta de água nos assentamentos é um limitante da produção e diversificação da produção nos lotes. As políticas públicas não atendem suficientemente essa

necessidade, a partir do momento em que esse bloqueio for resolvido espera-se uma diversificação e uma maior produtividade nos assentamentos.

Política pública e a diversidade: Rotas de Colisão

A política pública que fomenta a produção para o desenvolvimento dos assentamentos não leva em consideração a heterogeneidade de expectativas e experiências que se tem no assentamento. Os créditos de fomento para produção são aplicados somente para a produção de gado leiteiro, pois o discurso oficial dominante nas instituições de desenvolvimento tipifica a região como uma bacia leiteira, bloqueando a diversidade natural da produção camponesa nos assentamentos e inserindo o assentado, de forma subalterna, como fornecedor de matéria prima aos grandes laticínios.

Sem dúvidas uma oportunidade é a liberalização do PRONAF mas não precisamente responde ao projeto que o agricultor/ assentado queria. Por exemplo, um assentado do assentamento Primavera II que tem 16 anos de experiência com a produção de goiaba, apresentou seu projeto para cultivar goiaba, mas não foi aprovado, nem sequer foi submetido à avaliação pelo INCRA.

Como resultado, tem-se que a priorização para o investimento dos recursos do PRONAF fortaleceu a cadeia leiteira como um eixo para investir na produção, desconsiderando os projetos alternativos que os assentados têm como plano de suas vidas.

Em paralelo, a própria natureza do sujeito assentado tem desenvolvido uma estratégia para diversificar o risco da produção baseada na monocultura. Isso convive com a dualidade e tensão inerente à política de reforma agrária, que tenta fortalecer as estruturas produtivas para melhorar a condição das famílias através de conseguir uma renda maior, potencializando essa virtude de diversificação natural dos camponeses e de suas unidades produtivas. As estratégias produtivas dos assentados estão conformadas por múltiplas atividades produtivas, nas quais se encontram a agricultura, pecuária, agroindústria familiar, e outras. Estas atividades são campos onde se desenvolve uma grande diversidade produtiva. No caso da agricultura tem-se uma diversidade muito grande que envolve, pelo menos, o trabalho de mais de 15 culturas diferentes que são potencializadas a partir de políticas como a merenda (PNAE) que incentiva os assentados a desenvolverem uma produção diversificada, qualificando sua alimentação e incrementado a renda.

Neste campo, os desafios que se colocam para a política produtiva é trabalhar a diversidade e potencializar os planos que se tem nos assentamentos para alcançar uma vida digna.

Assistência técnica e capacitação

A política pública de assistência oferecida para os assentados é fortemente orientada pelo paradigma produtivista, no qual se tenta inserir os assentados buscando aumentar a renda a partir do incremento da produtividade e de garantir os circuitos da comercialização para os produtos.

Percebemos que a região sofre com a falta de técnicos no quadro do INCRA, são poucos técnicos para muitas famílias, o qual afeta a possibilidade da assistência técnica na área produtiva, limitando seu trabalho ao trâmite necessário para que as famílias acessem aos créditos de fomento e apoio produtivo.

Os técnicos e o INCRA utilizam um projeto padrão para todos os assentados que querem acessar o PRONAF, que é direcionado somente para o gado leiteiro. Isso acarreta a homogeneização da produção. Favorece as indústrias beneficiadoras do leite e também os distribuidores locais de gado que ganham muito com a venda de gado para os assentados que são pagos pelo banco a elevados custos. Os bancos também ganham, pois com a produção de gado, a garantia é maior para que os assentados paguem os empréstimos, pois somente com a venda dos garrotes e novilhas, os assentados garantem o pagamento dos empréstimos, o que não é garantido quando os assentados partem para produzir gêneros agrícolas.

A aplicação das políticas públicas: diferentes tempos, diferentes ritmos

Nos assentamentos da região se tem processos de desenvolvimento com um avanço diferente. Isto acontece, porque a aplicação da política pública da reforma agrária vem acontecendo de maneira muito diferenciada nos assentamentos da região.

Uma das questões é porque os assentamentos antigos não acessaram a mesma quantidade de recursos que acessaram os assentamentos novos, gerando assentamentos com processos de desenvolvimento heterogêneos na região.

No desenvolvimento da pesquisa se pôde constatar que isto acontece por uma diversidade de elementos que condicionam a aplicação da política. Um dos elementos é a própria institucionalidade do Estado que mostra uma mudança qualitativa e quantitativa na aplicação da política e a transformação que pode gerar na própria institucionalidade do Estado a partir da redefinição do conceito da política e do papel que estes recursos têm nos processos de luta e permanência na terra.

É interessante olhar que a partir de 2003, esta institucionalidade do Estado começa a gerar uma mudança qualitativa e quantitativa na aplicação da política,

tendo como resultados um processo de consolidação dos assentamentos novos na região.

Na pesquisa outro tema que foi relevado e que tem ser avaliado é o impacto que tem o Apoio Mulher, um investimento importante, mas defasado do tempo produtivo. Além disso, os recursos do Apoio Mulher não são suficientes e os recursos pagos de forma parcelada não permitem adiantar uma base produtiva.

No processo da aplicação da política não só é importante, senão determinante, a capacidade que tem o movimento e a forma de organização para poder gestionar os créditos. Mas também é importante o papel da assistência técnica que se dá ao assentado, muito aquém das suas reais necessidades.

Este é outro tema que tem tido grande visibilidade na pesquisa, o papel da assistência técnica no processo da aplicação da política pública. No caso do Olga Benario se tem, por exemplo, um processo de trabalho conjunto com os movimentos sociais que têm viabilizado o andamento de um projeto que é construído pelas famílias do assentamento e viabilizado pelos técnicos. Situação de exceção, já que a assistência técnica acaba se convertendo em um instrumento dos serviços públicos, intermediando trâmites entre os assentados e os programas de fomento.

Referências

SILVA, A.A.; FERNANDES, B.M.; VALENCIANO, R.C. **RIST – Relatório de Impactos Sócioterritorias**. Presidente Prudente, NERA/ INCRA, 2006.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS é uma publicação semestral do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural – Nupedor, com apoio da UNIARA e do CNPq.

Os trabalhos enviados deverão atender aos seguintes critérios:

- a) Ter até 35 páginas – preferencialmente –, incluindo figuras, tabelas, quadros, esquemas, etc.;
- b) Os textos deverão ser digitados em espaço 1,5 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, justificado;
- b) Título do artigo deve estar centralizado, em negrito e em caixa-alta. Pular uma linha e inserir o nome completo por extenso dos autores (um em cada linha), alinhado à direita e com nota de rodapé indicando filiação institucional, endereço eletrônico e demais informações que considerar relevantes;
- c) Os resumos deverão ser redigidos em português e em inglês, em um único parágrafo (máximo de 15 linhas), acompanhados de até 5 palavras-chave, também redigidas em português e em inglês;
- d) Figuras (incluindo gráficos, esquemas, etc.) deverão utilizar o mesmo padrão de letra do texto, ser numeradas sequencialmente, em algarismos arábicos, com a respectiva legenda. Ilustrações (fotografias, gráficos, desenhos, mapas, etc.) deverão ser enviadas e em preto-e-branco, em arquivos formato jpg e/ou tif, com boa definição.
- e) As referências deverão ser elaboradas de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), conforme formatos descritos a seguir:

1) LIVRO

SOBRENOME, Nome. **Título em destaque**: subtítulo. Edição. Cidade: Editora, ano. Número de volumes ou páginas. (Série).

Edição do livro:

- se for em português colocar: 2. ed.
- se for em inglês colocar: 2nd ed.

2) CAPÍTULO DE LIVRO

Autor do capítulo diferente do responsável pelo livro todo:

AUTOR DO CAPÍTULO. Título do capítulo. In: AUTOR DO LIVRO. **Título**

do livro em destaque. Edição. Cidade: Editora, ano. volume, capítulo, página inicial-final da parte.

Único autor para o livro todo

AUTOR DO CAPÍTULO. Título do capítulo. In: _____. **Título do livro em destaque.** Edição. Cidade: Editora, ano. volume, capítulo, página inicial-final da parte.

3) ARTIGO DE PERIÓDICO

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. **Título do periódico em destaque,** v., n., p. inicial-final, mês abreviado no idioma de origem. ano de publicação.

4) ARTIGO DE JORNAL

AUTOR do artigo. Título do artigo. **Título do jornal em destaque,** cidade de publicação, dia, mês abreviado. Ano. Número ou Título do Caderno, Seção ou Suplemento, p. seguido dos números da página inicial e final, separados entre si por hífen.

5) DISSERTAÇÃO, TESE E MONOGRAFIA

SOBRENOME, Nome do autor. **Título em destaque:** subtítulo. Ano de publicação. Número de volumes ou folhas. Categoria (Curso) - Instituição, Cidade da defesa, ano da defesa.

6) EVENTO CIENTÍFICO – CONSIDERADO NO TODO

TÍTULO DO EVENTO, número., ano, cidade de realização. **Título da publicação em destaque.** Cidade de publicação: Editora, data. Páginas ou volumes.

7) EVENTO CIENTÍFICO – CONSIDERADO EM PARTE

(Trabalhos apresentados e publicados)

AUTOR DO TRABALHO. Título do trabalho: subtítulo. In: NOME DO EVENTO, em número, ano, cidade de realização. Título da publicação em destaque. Cidade de publicação. Título do documento (**Anais, proceedings, etc. em destaque**), local: Editora, ano. Página inicial-final do trabalho.

8) NORMA TÉCNICA

NOME DA ENTIDADE RESPONSÁVEL. **Título da norma em destaque:** subtítulo. Cidade de publicação, ano. Número de páginas.